fim de nêle instalar serviços de assistência à primeira infância, o edificio do antigo hospício distrital da mesma cidade.

Art. 2.º É mantida a Maternidade de Coimbra, que continua anexa, para efeitos scientificos, à Faculdade de Medicina e sob a direcção do professor catedrático da cadeira de partos.

Art. 3.º É extinta a comissão administrativa da Maternidade de Coimbra, passando a administração desta para os Hospitais da Universidade.

Art. 4.º O official do registo e o amanuense transitam para a Junta Geral do distrito de Coimbra, para a qual transita a verba inscrita no orçamento do Ministério do Interior para a manutenção da Maternidade.

Art. 5.º O pessoal contratado e assalariado da Maternidade poderá ser aproveitado nos Hospitais da Universidade de Coimbra, em serviços para que tenha aptidões, dispensando-se o que não seja absolutamente necessário aos serviços.

Art. 6.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 14 de Novembro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição

Por ter saído com inexactidões novamente se publica o artigo 1.º do decreto n.º 19:028, de 11 do corrente, publicado no *Diário do Governo* n.º 263, 1.ª série, da referida data:

Artigo 1.º Aos officiaes do exército e da armada é concedida amnistia das infracções disciplinares por elles cometidas quando a pena aplicada não exceda cinco dias de prisão disciplinar e bem assim às praças de pré do exército e da armada, quanto às infracções por ellas cometidas, desde que a mesma pena não ultrapasse, por uma só vez, dez dias de detenção, ou, como somatório, trinta dias ou suas equivalências.

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos, 13 de Novembro de 1930.—O Director Geral, *Germano Martins.*

2.ª Repartição (Cultos)

Decreto n.º 19:035

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos: hei por bem decretar que seja declarado sem efeito o decreto n.º 2:988, publi-

cado no *Diário do Governo* n.º 25, 1.ª série, de 17 de Fevereiro de 1917, em virtude do qual foi cedida, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do concelho da Feira a antiga residência paroquial da freguesia do Souto, do mesmo concelho, com o seu quintal, a fim de ali se estabelecer a escola de ensino primário geral do sexo feminino. a residência da respectiva professora e recreio das alunas, por se ter verificado que a dita residência paroquial é imprópria para o funcionamento da escola, voltando o prédio cedido à posse do Estado.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 12 de Novembro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Luís Maria Lopes da Fonseca.*

Decreto n.º 19:036

Considerando que por decreto publicado no *Diário do Governo* n.º 163, 1.ª série, de 9 de Setembro de 1914, foram cedidos, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do concelho de Loulé os antigos presbitérios das freguesias de Boliqueime e de Querença, a fim de ali se instalarem as escolas de ensino primário geral;

Considerando que a Câmara cessionária, ponderando a necessidade de fazer reparações urgentes nos referidos presbitérios, pretende que lhe seja assegurada a sua definitiva cedência; e

Atendendo ao fim de utilidade pública que a Câmara Municipal de Loulé se propõe;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos:

Hei por bem decretar, nos termos do artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911, que seja convertida em definitiva a cedência que, a título de arrendamento, foi feita à Câmara Municipal do concelho de Loulé dos antigos presbitérios das freguesias de Boliqueime e de Querença para instalação das escolas de ensino primário geral das mesmas freguesias, mediante o pagamento da indemnização pecuniária de 16.800\$, que serão entregues à Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, por intermédio da comissão sua delegada no concelho de Loulé, em três prestações e no prazo de dois anos, sendo a primeira no acto da entrega dos referidos presbitérios, a segunda um ano depois de publicado o presente decreto e a terceira um ano depois desta data.

Este decreto fica sem efeito se a cessionária não satisfizer as prestações nos prazos assinados ou se não concluir as obras de adaptação e de reparação no prazo de três anos, contados da publicação deste diploma.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Novembro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Luís Maria Lopes da Fonseca.*

Decreto n.º 19:037

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos: hei por bem decretar que seja declarado nulo e sem efeito o decreto n.º 11:621, de 28 de Abril de 1926, em virtude do qual foi cedida, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do Porto, para instalação do Arquivo Histórico da Cidade, a de-